



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

RAQUEL ALVES ALEIXO SALVADOR

**A HISTORIOGRAFIA EM MUTAÇÃO: A PRESENÇA FEMININA EM “O
REGIONALISMO NORDESTINO” NA OBRA DE ROSA MARIA GODOY SILVEIRA**

**CAMPINA GRANDE
2024**

RAQUEL ALVES ALEIXO SALVADOR

A HISTORIOGRAFIA EM MUTAÇÃO: A PRESENÇA FEMININA EM “O REGIONALISMO NORDESTINO” NA OBRA DE ROSA MARIA GODOY SILVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Área de concentração: Historiografia

Orientador: Prof. Dr. Noemia Dayana de Oliveira.

Coorientador: Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S182h Salvador, Raquel Alves Aleixo.

A historiografia em mutação [manuscrito] : a presença feminina em "O Regionalismo Nordestino" na obra de Rosa Maria Godoy Silveira / Raquel Alves Aleixo Salvador. - 2024.
40 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Noemia Dayana de Oliveira,
Departamento de História - CEDUC".

"Coorientação: Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior,
None".

1. Historiografia brasileira. 2. Produção intelectual feminina.
3. Rosa Maria Godoy. I. Título

21. ed. CDD 305.42

RAQUEL ALVES ALEIXO SALVADOR

A HISTORIOGRAFIA EM MUTAÇÃO: A PRESENÇA FEMININA EM “O REGIONALISMO NORDESTINO” NA OBRA DE ROSA MARIA GODOY SILVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História

Aprovada em: 22/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Hilmaria Xavier Ribeiro** (***.132.334-**), em **02/12/2024 15:40:55** com chave **f712dcaeb0dc11ef92b42618257239a1**.
- **José dos Santos Costa Júnior** (***.233.954-**), em **02/12/2024 15:42:44** com chave **38350b4eb0dd11ef9fce2618257239a1**.
- **Noemia Dayana de Oliveira** (***.781.654-**), em **02/12/2024 15:29:38** com chave **63474ba0b0db11efb5d406adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 06/01/2025

Código de Autenticação: 1ffd84



Em memória da minha avó, Ana Aleixo Salvador, e a minha mãe Marlene Maria Alves Salvador. Mulheres da minha vida, DEDICO.

Uma palavra escrita não pode nunca ser apagada. Por mais que o desenho tenha sido feito a lápis e que seja de boa qualidade a borracha, o papel vai sempre guardar o relevo das letras escritas. Não, senhor, ninguém pode apagar as palavras que eu escrevi.

(Carolina Maria de Jesus)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 — Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A RESSONÂNCIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	13
2.1 A Escrita da História como Fonte Histórica.....	18
2.2 As vozes ofuscadas pela historiografia: até onde podem chegar?	20
3 BREVE ANÁLISE: O REGIONALISMO NORDESTINO: EXISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA DA DESIGUALDADE REGIONAL	28
3.1 Autora da obra	28
3.2 A obra e avaliações acerca dela.....	30
3.3 Enredo do livro	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36

A HISTORIOGRAFIA EM MUTAÇÃO: A PRESENÇA FEMININA EM “O REGIONALISMO NORDESTINO” NA OBRA DE ROSA MARIA GODOY SILVEIRA

Raquel Alves Aleixo Salvador¹

Resumo: A finalidade do seguinte trabalho é analisar a evolução da historiografia brasileira, com foco nas contribuições das mulheres ao campo e na obra da historiadora Rosa Maria Godoy Silveira. A análise gira em torno das influências e resistências encontradas por historiadoras na construção do saber histórico, uma vez que constatasse a invisibilidade das produções femininas na história intelectual. Ressaltando que a categoria de gênero é o principal marcador para tais adversidades, e para discutir tal definição trabalharemos com o conceito de gênero de Joan Scott. Por fim, examina-se o impacto e a trajetória da professora Rosa Godoy e o desenvolvimento da sua obra *Regionalismo Nordeste: existência e consciência da desigualdade regional* (1981) a qual aborda as desigualdades regionais brasileiras e a transição da economia. Articula-se uma pesquisa documental e bibliográfica que revela as constantes falhas na construção e na divulgação dos estudos historiográficos no Brasil desde o seu passado até o tempo hodierno.

Palavras-Chave: Historiografia brasileira; Produção intelectual feminina; Rosa Maria Godoy.

Abstract: The purpose of this work is to analyze the evolution of Brazilian historiography, with a focus on the contributions of women to the field and the work of historian Rosa Maria Godoy Silveira. The analysis centers on the influences and challenges faced by women historians in constructing historical knowledge, noting the invisibility of women's intellectual contributions in history. It highlights that gender is the main factor underlying these challenges, and to discuss this concept, we will draw on Joan Scott's theory of gender. Finally, this study examines the impact and career of Professor Rosa Godoy and the development of her work *Regionalismo Nordeste: existência e consciência da desigualdade regional* (1981), which addresses Brazilian regional inequalities and economic transition. A documentary and bibliographic research approach is applied, revealing recurring gaps in the construction and dissemination of historiographical studies in Brazil from the past to the present day.

Keywords: Brazilian historiography; Female intellectual production; Rosa Maria Godoy.

¹Graduanda em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: raquel.salvador@aluno.uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O texto doravante apresentado, tem a pretensão de analisar o processo de construção da Historiografia Brasileira, seu desenvolvimento e prática aqui no país. Uma vez que, julgo ser de extrema importância, entendermos o processo de escrita da nossa história enquanto uma nação. Mesmo diante de alguns desafios, digo isso pois ter como tema historiografia, causa muitas vezes um espanto e estranhamento (assim como trabalhar com Teoria da História), já que não é um campo tão valorizado em nosso meio, a disciplina na faculdade é desprezada por alguns, dentre algumas razões para tal, está a justificativa de não ser favorável para oportunidades no mercado, difícil e até enfadonha. Mas, com a minha pessoa essas percepções não foram absorvidas e sim ao contrário. Assim, como aponta Guimarães (2011) estava com espírito inquieto e atento as mudanças que o conhecimento no saber histórico vinha me atravessando, assim despertei-me a gostar dos estudos da história da história.

Detenho-me a declarar que estudar de forma crítica a historiografia e a formação da nossa identidade nacional, exemplificar e destrinchar a longa e densa jornada da construção da nossa sociedade, da nossa gente e do Estado brasileiro me despertou um demasiado interesse, me instiga e provoca, a magnitude de formas e interesses da nossa historiografia, seus diferentes autores e suas riquíssimas obras. Assim, cursando a Disciplina: Historiografia Brasileira, que me inclinei a explorar as faces desse vasto universo. Desse modo, dentre tantas possíveis fontes históricas² para serem usadas em estudos no nosso campo, para o presente trabalho de conclusão abracei a: Historiografia.

Para me auxiliar nessa tarefa e situar o que pretendo mostrar nesse estudo, busco em meio a um “universo” temático, meu objeto central, a chave da minha proposta e que vou evidenciar: A historiadora Rosa Maria Godoy Silveira e o seu livro – *O regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional*. Como Barros afirma: “Essa forma de escrita alicerçada na consideração do texto ou da “fala do outro” (do “outro histórico”) tem sido uma constante no trabalho dos

² Esses vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais - capazes tanto de registrar rupturas do passado em relação ao presente como de manifestar continuidades entre as duas temporalidades sob formas as mais diversas - são as chamadas “fontes históricas” (BARROS, 2019, p.8).

historiadores desde os primórdios da história da historiografia, embora admitindo inúmeras possibilidades expressivas.” (BARROS, 2022, p. 26)

Trazer essa obra e sua autora me fará destacar uma importante relação com a historiografia brasileira, o livro que foi extraído de sua Tese de doutorado, intitulada de “Regionalismo, Ideologia do Espaço” (1981), teve como Orientadora a professora Sulely Robles Reis de Queirós³. Mas que foi publicado pela editora Moderna no ano de 1982, possuindo 248 páginas e 4 capítulos que se subdividem em Parte A (com capítulos I e II) e Parte B (com capítulos III e IV). Em suma, o livro aborda o processo da crise do espaço regional que hoje conhecemos como Nordeste, mas antes era denominado de Norte. Trata de questões durante a República e o Império brasileiro, respectivamente. Vários dilemas vivenciados, dentre eles a perda de poderes políticos, uma nova configuração que transpassava o país: sua modernização, a organização territorial, questão agrária, seus principais ciclos, tudo isso fazendo uma reflexão sobre a democracia no país, já que era explícita a desigualdade nas distintas regiões. Estudar o Norte, sua formação e ainda as mentalidades brasileiras dessa época, é realmente um grande desafio, mas que para Rosa⁴ foi um exercício prazeroso já que a mesma afirma o século XIX é a sua temática preferida em termos de História do Brasil, e que julgou necessário preencher lacunas ainda não refletidas, acerca da incógnita história do Nordeste.

Diante do que já foi posto, trago a seguinte indagação: a obra *o Regionalismo Nordestino* da professora Rosa Maria Godoy, que teve sua formação acadêmica completa na USP (Licenciatura, Mestrado e Doutorado), que fez especialização de Relações Internacionais na França, na universidade de Nice. Que teve como intermédios em sua aprendizagem, nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Antônio Cândido, Octavio Ianni, Alfredo Bosi, Azis Ab’Saber, entre outros, que contribuíram para a sua formação. Não chegou, lastimavelmente a ter o crédito e propagação em comparação ao que são depositados em obras de autores do sexo masculino.

³ Professora que realizou vastas pesquisas em vários períodos da História do Brasil, principalmente acerca da região de São Paulo, inclusive realizou toda sua formação acadêmica na USP.

⁴ Aqui optei por utilizar o nome próprio, quando não referenciada como Rosa Maria Godoy, por entender que essa inclinação acadêmica de empregar o sobrenome esconde inúmeras identidades – especialmente no caso de mulheres que muitas vezes enfrenta obstáculos adicionais para serem reconhecidas por méritos acadêmicos e profissionais.

Assim, procurarei examinar a problemática de minha pesquisa: a desvalorização da escrita de historiadoras, com enfoque no campo da historiografia. Esse cenário no qual, a produção feita por mulheres, é tão pouco revisitada e valorizada. É simples evidenciar essa constatação, muitos trabalhos produzidos só mencionam homens ao invés de inserir também intelectuais mulheres, como se elas não fossem capazes ou não servissem para compor aquele espaço, tanto pesquisadoras, quanto profissionais acadêmicas; veja que, acima quando menciono os professores que fizeram parte da formação de Rosa, não há mulheres, pois, a única de sua época não estava mais na ativa em sua profissão, por uma determinação governamental que a obrigava. Como conta a professora (jan./jun. de 2012. Entrevista realizada em João Pessoa, pela Revista de História) — “Não pude ser aluna de Emília Viotti da Costa, aposentada pela ditadura...” Já demonstra a tamanha fragilidade que era compor o campo educacional sendo mulher.

A desimportância com o lugar da mulher no âmbito social, sempre trará indagações e com elas indignações, afinal as mulheres sempre estiveram ligadas a um paradigma construído por uma sociedade patriarcal, que tinha como intuito ditar o que lhes cabia ou não.

Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família. (RAGO, 1985, p.75).

É explícito que é preciso ter coragem, perseverança e uma dose de rebeldia, para ser uma mulher que deseje ter vez e voz aqui no Brasil, e não somente no campo acadêmico, mas em outros também, romper com esse paradigma, vai além, é preciso de tempo e consciência. Portanto, pretendo discutir a questão da invisibilidade de historiadoras mulheres no Brasil e como isso impacta nos estudos historiográficos.

A questão do gênero está intrínseca na constituição da organização e do papel social, isso vai de encontro com que autores como Joan Scott⁵, discutem – como o

⁵ Segundo Dias (2011), Joan Scott, sendo uma historiadora pós-estruturalista, que retoma o método de desconstrução também usado por Jacques Derrida com objetivo de desqualificar discursos realizados pela tradição, questionar verdades postas como imutáveis e desfazer as falhas de pensamentos ocidentais que defendem a superioridade masculina e as diferenças sexuais a partir de uma relação inseparável entre o saber e poder, defendido por Michel Foucault.

gênero influencia a forma como as narrativas e identidades são construídas, dentre tantas definições do uso descritivo do termo gênero, destaco:

o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, LOURO, 1995, p.71-99).

A temática de gênero⁶ tem um longo percurso de movimentos sociais e reivindicações. Portanto, recorro aos levantamentos impostos por Joan Scott, assim como Maria Odila Dias (1992) usou as proposições de Scott que advogam a “elaboração da historicidade das relações de gênero como meio de desmistificar” os conceitos de homem e mulher. O que remete ao retorno da ideia repassada, de que os conceitos de gênero não são naturais ou fixos, mas sim socialmente, culturalmente e historicamente construídos, que resultam em um processo que personaliza e regula comportamentos, expectativas e relações de poder. Claramente, é preciso analisarmos essas relações em termos históricos e trazer suas evidências.

A questão que almejo alcançar nesta pesquisa, tendo em mente o conceito para gênero e o que ele determina, denunciar o fato de o mesmo, é um fator que define o reconhecimento dentro do campo da História e da Historiografia, trago não somente Rosa, como outras historiadoras como exemplos. Na qual pesquisas excelentes, assim como a obra *O Regionalismo Nordestino*, com grande potencial, porém muitas vezes não revisitadas e nem trabalhadas em sala das universidades. É preciso lembrar que a formação do cânone está intimamente relacionada a uma abordagem conservadora e elitista na qual predomina o discurso de poder produzido pelo gênero masculino (DIAS, 2021, p. 24).

Dentro da Historiografia, que está em constante renovação⁷ é crucial incluir novas vozes e experiências. Ao buscarmos entender as relações de gênero como

⁶ Segundo Joana Maria Pedro (2005), a palavra gênero começou a ser utilizada dentro dos movimentos nos quais ocorriam debates, acerca da procura pelo entendimento para a subordinação das mulheres.

⁷ A historiografia tem se mostrado como uma necessidade para maior parte das sociedades que conhecemos, em nossa época e em outras épocas. Precisamos criar e recriar, a cada instante e continuamente, novas representações da história, e é esse trabalho que esperamos dos nossos historiadores profissionais e diletantes. (BARROS, 2022. p. 34)

dinâmicas, os profissionais da História podem examinar como as normas, a divisão de poder, conceitos entre masculinidade e feminilidade foram marcados através da narrativa tradicional e patriarcal. Trazer essa narrativa à tona é enfrentar desafios e críticas, além de contribuir para ampliar os estudos de vozes femininas, que nos enriquece de conhecimento e que diversifica a narrativa histórica, levantar uma discussão assim promove uma extensão de novo olhar para a construção de um futuro. Assim complementando a linha de raciocínio, como coloca Pedro (2005) a refletir sobre as afirmações de Joan Scott – a autora ao teorizar sobre gênero acaba fazendo uma denúncia fortíssima, que era a mesma que motivava as feministas em seus movimentos e as historiadoras feministas a escrever, que era apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres.

Portanto, minha pretensão nesse trabalho é trazer à tona a denúncia dessa construção historiográfica que por vezes, salva exceções, silenciou pesquisadoras e professoras. Ao convocar a autora principal aqui citada: Rosa Maria Godoy Silveira, e sua obra *O regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional*. Resgatando e procurando dar visibilidade a uma historiadora e sua obra historiográfica. Assim, com esse conjunto bibliográfico e documental, vou desenvolver a pesquisa e criar um texto que preenche as linhas vindouras, tentando tornar notório as questões levantadas.

Portanto, quando a professora Rosa declara suas considerações acerca do se espera de um profissional da História, tendo em vista nossa complexa sociedade atual, que é conhecer muito bem o seu tempo e saber trabalhar com ele, sendo o que:

[...] Ihe consigna uma qualidade própria e uma identidade peculiar, auto ou *alter*-atribuída, é o de ser **agente da Operação Histórica** (CERTEAU In LE GOFF, J. e NORA.: 1976) isto é, ser capaz de lidar com o Tempo Histórico, operar simbolicamente com as experiências vividas por variadas organizações sociais na trajetória humana. Para tanto, esse profissional necessita dominar, no mínimo: as mais variadas concepções de tempo construídas ao longo do tempo; as interpretações/representações sobre os mais diversos processos históricos no tempo, de forma a mais ampla possível; os procedimentos metodológicos para perscrutar as temporalidades sob diversos enfoques; os procedimentos narrativos para expressar as próprias elaborações (SILVEIRA, 2003, p. 4, grifo da autora).

Vislumbrando as mudanças que ocorrem atualmente e que configuram a nossa sociedade. Para a professora cabe estabelecermos um novo perfil para o profissional de História que se quer formar no século XXI, o que leva a constatar que:

A responsabilidade social deve ser preconizada como um dos valores de resistência da nova Historiografia, no Brasil e no mundo. Através da "transferência de criticidade" para os diversos setores da população - seja através do ensino escolar e superior, seja através da divulgação de obras que estimulem em seus leitores a capacidade crítica, ou seja, por fim, através da utilização adequada da própria mídia contra os interesses conservadores que costumam dominar o universo midiático - a História nestas décadas iniciais do novo milênio demanda combatividade, como já ocorreu em diversos outros momentos. (BARROS, 2022. p.77)

A historiografia tem o poder importantíssimo de instrumentalizar o cidadão a uma maior capacidade crítica, por isso, espero transmitir tudo isso que autoras como a Rosa esperam que seja feito, contribuindo de forma proficiente, sabendo utilizar as ferramentas que me são oferecidas, para um proveitoso futuro acadêmico e histórico.

2 A RESSONÂNCIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

O processo de definição e instauração da historiografia aqui no Brasil é complexo e denso. Conforme Nicodemo, Santos e Pereira (2018) afirmam, além dessa difícil tarefa que é pensar a história da historiografia brasileira, um ponto que dificulta é a periodização. Tal delimitação temporal vai além do seu significado cronológico, pois temos que pensar no conceito da história da historiografia, em seus autores e obras. O que se considera historiografia? Quem produziu esse material e quais são essas obras?

No entanto, é fundamental abordá-la para fazer possível sua compreensão ou, pelo menos, oferecer uma visão de sua formação, mesmo considerando que há certas complexidades sobre. Assim, mesmo com seu conceito permanecendo amplo, atravessado por múltiplas perspectivas de estudiosos, que se entrelaçam e ao mesmo tempo divergem ao longo do tempo e em diferentes contextos. Destaco que

Partimos de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico, mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social. Estamos entendendo, então, por historiografia, não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica. (FICO, POLITO, 1992, p.19)

Portanto, quando se propõe tal afirmação, temos em mente que não à toa a historiografia foi tomada como mecanismo ideal, disseminador de ideias, de vontades e de interesses ocultos dos seus autores desde sempre, como declara Astor Diehl⁸. O discurso historiográfico, enquanto construção intelectual, é capaz de criar e ressignificar fatos, oferecendo novas interpretações. Ao se materializar na escrita, ele continua reproduzindo os acontecimentos, mas não significa que seja fielmente real aos fatos, mas sim que reflete a visão do historiador, levando em conta seu contexto e processo interpretativo.

Dessa forma, já se iniciava tentativas de produzir esse material, por parte dos portugueses, ou seja, já haviam sido realizadas algumas produções anteriores, na tentativa de fazer esses registros, narrativas, mas que abordavam de forma pouco aprofundada a História do Brasil, isso porque no Brasil setecentista, pois “a sociabilidade intelectual da colônia estava mais interessada na visibilidade que a atividade que promoveria perante a corte lisboeta, que na prática da escrita da história como um registro do real possível”(MONTEIRO, 2013, p.19). Ou seja, não se atentaram aos verdadeiros fatos e usavam a figura do Brasil como um simples membro ou extensão da História de Portugal, escreviam o que queriam ver do nosso país, negando-se a realidade.

Ressalvo, o processo de escrita da História do Brasil, não foi um processo que aconteceu de uma hora para outra, pelo contrário, demandou bastante tempo, e foi se aperfeiçoando com o mesmo. Portanto, esse projeto foi tomando forma no Primeiro Reinado para o Segundo Reinado, pois sob regime monárquico, a historiografia era tomada pelo desejo de construir uma identidade nacional coerente com os interesses dos construtores do processo de independência e formação do novo Estado nação na América do Sul, buscando sempre manter a integridade política.

Para auxiliar na execução dessa tarefa foi criado em dezembro de 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), “considerado por José Honório Rodrigues como um dos marcos fundamentais da construção desse cenário historiográfico e para pesquisa histórica no Brasil” (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p.26). O IHGB assumiria o projeto de construir a narrativa nacional, recriar e reelaborar os fatos, de acordo com uma perspectiva historiográfica que tomava a formação do Brasil

⁸ DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica – Memória, identidade e representação**. Bauru, EDUSC, 2002.

como um desdobramento da história de Portugal e um efeito da ação do homem português como colonizador. Para tal tarefa, os intelectuais da época tinham que ter em mente, que precisavam fomentar a ideia de um Brasil unificado, pacífico, autônomo e em processo de modernização:

Assim como na Europa dos oitocentos, a história deveria ter um papel importante e até mesmo fundamental a desempenhar na elaboração de uma narrativa nacional, que permitisse a construção, ou rearranjo, de determinadas peculiaridades da nova nação, a fim de dar-lhe a visibilidade necessária. (MONTEIRO, 2020. p.20)

Esses estudiosos, não foram escolhidos de modo aleatório, pelo contrário, o grupo foi escolhido por critérios sociais, uma vez que eram homens interessados na investigação sobre história, geografia, a fauna e a flora do país e eram parte da alta elite da Corte Imperial. Ou seja, estavam no círculo do imperador D. Pedro II, grande financiador da instituição. O IHGB teria assim uma missão primordial: *construir uma nação e sua história oficial*.

Nesse quadro, inicialmente citarei Karl Philipp Von Martius e Francisco Adolpho Varnhagen, pois são exemplos de escritores, nesse crucial momento histórico. O ensaio de Von Martius, que ganhou o concurso realizado pelo IHGB em 1842 e intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*, tendo se encaixado perfeitamente dentro dos parâmetros que a instituição buscava. Martius estabeleceu alguns temas e aspectos a serem considerados na escrita da história do Brasil, mas efetivamente foi outro historiador que desenvolveu este projeto. Trata-se de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), que entre os anos 1854 e 1957 publicou a sua famosa *História Geral do Brasil*, tornando-se para muitos o “pai da história” no Brasil

A História Geral do Brasil, de Varnhagen, foi considerada por muitos estudiosos como uma história da administração portuguesa na América, ou mesmo um capítulo da história de Portugal. Num período em que a maioria dos autores não conseguia ultrapassar os limites da crônica, sua HGB tornou-se uma contribuição rara, que contrastava com a historiografia nacional de até então, marcada por trabalhos de pouco fôlego e acentuadamente regionais. Sua argumentação histórica, apesar das muitas críticas, tornou-se quase um modelo para seus contemporâneos, sendo seu discurso reiterado em inúmeras outras obras de diversos historiadores até metade do século XX. (MONTEIRO, 2018, p.45)

No entanto, posteriormente com a queda do Império e a passagem para a República, começam a ocorrer mudanças na forma de pensar a história do Brasil. A historiografia do período de redemocratização conjugou a experiência e os sentidos da

democracia com os usos públicos do passado (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p.189). E o que antes, era posto como um país romantizado, visto pelo ponto de vista possessivo e exclusivo dos conquistadores portugueses; no qual, os conflitos eram minimizados diante das questões entre Colônia e MetrÓpole.

A transiçÓo da Monarquia para a RepÓblica trouxe a formaçÓo de uma nova classe polÍtica e intelectual, que buscava fortalecer a unidade nacional e romper com o passado⁹. Essa nova configuraçÓo, abriu caminho para autores comprometidos com a legitimidade histÓrica, atuando como cientistas sociais¹⁰. Entre eles, o historiador Capistrano de Abreu, que criticou as intepretaçÓes tradicionais brasileiras e defendeu uma perspectiva autônoma na trajetÓria brasileira:

A Capistrano interessava fazer da histÓria do Brasil um corpo de conhecimentos sÓlidos, do ponto de vista factual, e voltado a investigaçÓo de questÓes que tinha por cruciais, para o que eram necessÁrias a publicaçÓo de fontes e uma leitura adequada delas. Faltava à nossa historiografia, em sua visÓo, uma extensa compilaçÓo dessas fontes, deficiênci que vai, de algum modo, recebendo atençÓo no inÍcio do sÉculo XX (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p.61).

Em sÍntese, esse perÍodo cooperou para a profissionalizaçÓo crescente dos historiadores, que passaram a adotar métodos mais rigorosos de análise de fontes e a criticar a narrativa oficial do ImpÉrio, gerando uma gama de outros profissionais que publicaram suas obras com novas abordagens, com o passar do tempo foi intensificando as reflexÓes e fortalecendo questÓes como a economia, polÍtica e o papel da histÓria em assuntos do Estado.

Além do mais, a transformaçÓo da HistÓria escrita em uma modalidade cientÍfica de saber, a partir do trÁnsito do sÉculo XVII para o XIX, é de fato a maior realizaçÓo de todas (BARROS, 2022, p.15). A evoluçÓo do campo de histÓria da historiografia no Brasil, especialmente entre 1870 e 1970 foi marcada por um caminho de profissionalizaçÓo e institucionalizaçÓo da disciplina. Durante esse perÍodo, houve a criaçÓo de cursos de histÓria nas universidades, a formaçÓo de *sociedades, institutos e revistas* especializadas que se dedicaram ao estudo da historiografia. Além disso, surgiram

⁹ Na obra "*Uma IntroduçÓo à HistÓria da Historiografia Brasileira*", seus autores observam que a transiçÓo entre impÉrio e repÓblica, significou um momento de reconfiguraçÓo do campo historiogrÁfico. Enfatiza o fato de uma perspectiva que saiu de romântica e imperial para uma republicana e cientÍfica, o que foi crucial para uma nova historiografia no Brasil.

¹⁰ Os historiadores formados no contexto da crise da Monarquia e nos primeiros anos republicanos procuravam se diferenciar das geraçÓes anteriores, mostrando-se atualizados nas discussÓes cientÍficas da *Belle Époque*.

importantes debates em torno da metodologia e das fontes de pesquisa. E assim todo esse processo de criação de escritos, estudos e pensamentos sobre a sua história faz da Historiografia campo amplo e que demanda uma profunda análise.

Por conseguinte, vamos evidenciar que a evolução e resistência da *Historiografia* se perpetuaram ao longo dos anos, havendo muitos conflitos internos. No entanto, isso não impediu o desenvolvimento da mesma aqui no país. Na entrada do novo milênio, tivemos alguns investimentos da geração vigente na afirmação dos estudos da Historiografia e de outros campos similares¹¹. Esforços que ocorreram por diferentes meios, tais como:

Nos trabalhos de autores como Manoel Salgado Guimarães, Estevam Rezende Martins, Lúcia Paschoal Guimarães, entre tantos outros, bem como de instituições como o Seminário Nacional de História da Historiografia, cuja primeira edição ocorreu em 2007, a revista *História da Historiografia*, fundada em 2008, e a Sociedade Brasileira de Teoria e história da historiografia (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p.31).

Esses indicadores são marcantes até hoje¹², sem mencionar a propagação de inúmeros núcleos de pesquisa e linhas de investigação em programas de pós-graduação espalhados pelo país. Aqui, vamos explorar as diversas produções históricas e entender que essa escrita da historiografia vai além, ela também é uma parte da história social, cultural e política. Portanto, ter a historiografia como fonte histórica é entender como essa ferramenta é fonte de resistência e entender o papel da história inserido nela. Assim, antes do trabalho da escrita efetiva da história, o historiador se converteria em um *certo tipo de leitor da história* (NICOLAZZI, 2013. p.75).

Dessa forma, através desta perspectiva que busco trazer a contribuição que a obra da historiadora Rosa Maria Godoy Silveira tem a nos oferecer. Trata-se de uma obra que pode ser interpretada como um grande marco para a produção historiográfica brasileira e que infelizmente não teve um alcance tão merecido. A obra de uma historiadora como Rosa pode contribuir para a constituição do campo da história da historiografia ao proporcionar um novo olhar, reinterpretando os eventos históricos do Brasil. Esse tipo de análise fortalece o entendimento sobre como a narrativa histórica foi construída e moldada ao passar dos tempos, diversificando as discussões sobre a

¹¹ No contexto acadêmico brasileiro, é possível atribuir a proliferação de projetos editoriais centrados nas obras dos historiadores à expansão renovada da produção na área da história intelectual, da história da historiografia e da teoria da história nos últimos 20 anos (OLIVEIRA, 2018, p.109).

¹² A décima segunda edição do Seminário Brasileiro de Teoria e História da historiografia, ocorreu no Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto -MG. Nos dias 27 a 30 de agosto de 2024 e teve como tema “Ensina histórias e imaginar democracias: afetos, historicidades, teorias.”

historiografia nacional e as abordagens metodológicas escolhidas pelos historiadores. A contribuição de Rosa, ao se debruçar sobre esses temas encontrados na obra *O Regionalismo Nordestino*, como a desigualdade regional e a estrutura social brasileira, permite observar as condutas de poder e segregação, que não apenas influenciam a história, mas também como a história é escrita e entendida pelos demais.

2.1 A Escrita da História como Fonte Histórica

A partir de então, fica deliberadamente visível que a escrita da história, ou então a historiografia pode sim, ser perfeitamente considerada uma fonte histórica. A Historiografia ou obra historiográfica produzida por um historiador também pode se tornar objeto ou fonte histórica para outros historiadores do futuro (BARROS, 2022, p.43). Para o campo de pesquisa em história da historiografia o que está em questão é a escrita da História, seja ela na forma científica ou não. Ao olharmos para o século XIX, por exemplo, vemos que quem escrevia história não era alguém formado nos bancos universitários e com uma perspectiva científica, a exemplo de Varnhagen. Isto nos ajuda a perceber a historicidade da própria escrita da história. Ou seja, a escrita da história é algo que pode ser pensado como objeto histórico porque é fruto de uma trajetória intelectual, uma rede de instituições, conhecimentos, formas de autorizar ou não a autoria de um determinado texto e a legitimidade que ele terá social e institucionalmente. Portanto, tomar a historiografia como fonte é um ponto de partida para entender a história intelectual de certo período, a trajetória de uma personalidade, a rede de sociabilidades em que ela esteve inserida, as práticas de poder e saber que mediaram a sua construção e da sua “obra”.

Destacando que há uma vasta gama de fontes, as fontes históricas são marcas deixadas ao decorrer do tempo, por homens e mulheres através de registros físicos ou orais, no mundo social e natural. E graças aos avanços intelectuais, essas fontes atualmente podem surgir de diferentes meios e estão sendo perpetuadas.

Quando um historiador escreve nos dias de hoje uma obra historiográfica, ele deixa concomitantemente uma fonte histórica para o futuro. Embora esta não seja a sua finalidade ao escrever sobre um assunto histórico qualquer - já que a obra de todo historiador é motivada pelo desejo de atender às demandas de sua própria época e à predisposição de seus contemporâneos de consumir obras de história - isto é inevitável. Outros historiadores virão, um dia, talvez dali a muitas décadas e mesmo séculos, e tomarão esta obra como fonte histórica para compreender a nossa sociedade, no século XXI. (BARROS, 2022, p.46)

Essa pode ser uma das possibilidades de se estudar uma obra historiográfica como fonte. É possível usá-las também como meio para analisar outros aspectos de uma sociedade sem depender apenas do ponto historiográfico, e até como forma de entender o cenário que se passa na vida do escritor, quais pensamentos moldam e influenciam o mesmo, o que pode ter levado ele a escrever. Pode-se perceber como o tema presente na obra do historiador em análise era visto naquela época em que a obra foi construída, que tipo de relevância era atribuída a este ou outro assunto etc. Então, em razão disso, podemos observar em uma obra que foi escrita há décadas alguns aspectos que são analisados na atualidade, em razão dos interesses do presente e das agendas de pesquisas de outros historiadores.¹³

Desde que seja compreendida na rede social e intelectual da qual faz parte, a obra revela não só o historiador que a escreveu e sua sociedade, mas assim como o leitor que a leu, o editor que decidiu colocá-la no mercado, a situação da historiografia na época, até a movimentação de publicação e do mercado de livros da época. Identificamos o jogo de palavras usadas, que muitas vezes deixa evidências que nos ajudam a penetrar no universo linguístico de uma sociedade ou no dialeto usado naquela obra. Em suma, uma análise feita por um historiador sobre uma obra historiográfica específica não expressa apenas seu ponto de vista, mas também reflete um momento mais amplo e ponderado.

É sobre as novas fases de escrita e a busca por novos temas, novas interpretações e abordagens dos mesmos, sobre a quebra de alguns paradigmas que insistem em permanecer ao longo da História. Exemplo claro disso, como destaca Barros (2022), temos o estudo que ao decorrer dos tempos sobre A Revolução Francesa, que desde sua decorrência levanta opiniões e traça linhas interpretativas diversas, são inúmeras obras sobre o tema que a cada época são renovadas, feitas novas leituras e produções desse mesmo acontecimento, só que em outro estágio da história, no caso contemporânea para quem escreve.

As obras historiográficas...são fontes reveladoras de uma época porque elas também implicam projetos conscientes ou demandas inconscientes de

¹³ O estudo da historiografia como fonte histórica implica perceber como a obra de um certo historiador nos diz não apenas algo sobre as próprias épocas que este historiador examina como objeto histórico, mas também sobre a própria época do historiador que produz a sua representação da história sobre outras épocas. Ao ler uma obra historiográfica, estamos nos colocando diante de uma fonte histórica que nos permite refletir sobre a própria época em que ela foi produzida. (cf. Barros, 2022. p. 48).

interferir nos próprios problemas da época que as viu nascer. Neste sentido, o historiador é ainda um agente histórico, capaz de agir e de atuar, com suas realizações, na sociedade que o envolve. (BARROS, 2022, p.53-54)

Ou seja, essa representação por meio de uma obra historiográfica escrita, pode ser combinada entre antítese de um *novo e velho evento*, sendo assim — um caso passado que com o tempo vai ganhando novas formas e olhares, que pode até denunciar novos ambientes e acontecimentos. Podemos considerar que há tentativas de um *revisonismo historiográfico* por parte de alguns intelectuais recentes, não somente sobre a Revolução Francesa, mas como outros temas¹⁴ da História.

Ao abordar os principais temas e abordagens da escrita da história, destaca-se a importância de compreender as diferentes perspectivas sobre os eventos históricos. Temas como história política, econômica, social e cultural são explorados, juntamente com abordagens interdisciplinares que enriquecem a compreensão. Essa diversidade de temas e abordagens ressalta a amplitude e a relevância da escrita da história como fonte para a pesquisa histórica.

Por conseguinte, já devidamente situados, de forma sucinta no campo da Historiografia, vamos ao ponto central deste estudo: a ausência ou marginalização das mulheres nesse processo. O fato de que, ao longo da formação da historiografia as mulheres foram raramente mencionadas ou tiveram o reconhecimento como intelectuais de destaque. Essa situação de invisibilidade, levanta alguns questionamentos até um tanto obsoletos como: será que no período de consolidação da historiografia, realmente não havia mulheres envolvidas na produção intelectual? Elas não lutavam por espaço no campo da ciência e da educação? Mesmo com os avanços obtidos ao longo do tempo, por que elas permanecem em papéis de coadjuvantes nesse cenário? Esse quadro revela falhas persistentes que, apesar das lutas históricas, ainda precisam ser evidenciadas e corrigidas. A partir dessas reflexões, é crucial lançar um olhar atento sobre a trajetória de historiadoras como Rosa Maria Godoy Silveira, entre outras, que desafiaram essas barreiras ao longo da história e produziram seus materiais.

2.2 As vozes ofuscadas pela historiografia: até onde podem chegar?

¹⁴ Como nos mostra Nicodemo (2018) vai variar muito de autor para autor, essa intenção do que vai constituir essa categoria, ela muda de acordo com seus autores e as particularidades do contexto do mesmo. Isso significa que diferentes abordagens e interpretações vão surgir, vai depender da perspectiva teórica e metodológica de quem escreve e das condições externas em que a obra foi elaborada. Dessa forma, nunca haverá um conteúdo fixo, mas sim influenciado por múltiplos fatores que o moldam.

Entre nós o preconceito e o atraso relegam a mulher, colocam-na sempre em segundo plano, aceitando ela paciente esse papel secundário por falta de cultura, ou por flexibilidade de ânimo, ou por efeito de educação, ou para não ocorrer em singularidade.

Maria Benedita Câmara Bormann, Lésbia

Os registros acerca do passado das mulheres, revisados recentemente pela historiografia, buscam suprir as omissões deixadas pela perspectiva masculina dominante em vários séculos. Através da recuperação da verdadeira história das mulheres e da intervenção crítica no cânone literário, procura-se cada vez mais dar voz àquelas que foram apagadas por uma sociedade patriarcal, onde prevalecia narrativas masculinas que por tantas vezes, chegaram a diminuir e ou isolar as mulheres. Praticamente excluídas da escrita histórica e colocadas ao segundo plano por serem vistas como inferiores em diversos aspectos, muitas autoras que contribuíram significativamente para nossa identidade, foram silenciadas, merecendo um reconhecimento que até então lhes foi negado. E essa ausência de debate e análise acerca do *gênero*, dentro da história intelectual, incluindo a história da historiografia, acarretou essas falências no sistema.

O *conceito* de gênero, ainda não foi plenamente incorporado de forma universal pelo meio intelectual, no entanto se tenta reverter o silêncio em torno dessa abordagem. Grandes nomes nesse campo, como as autoras Joan Scott e Michelle Perrot, trabalham para integrar a experiência das mulheres e discutir gênero como uma categoria fundamental de análise histórica. Mas até então, ainda não impede que vejamos consequências como a *marginalização de obras de autoria feminina*:

Em artigo instigante, intitulado “Women intellectuals and Intellectual history: their paradigmatic separation”, a historiadora norte-americana Hilda Smith (2014) chamou a atenção para as variadas formas de exclusão que explicariam o silenciamento acerca das contribuições específicas das mulheres, derivadas de um modelo de história intelectual com foco predominante no estudo dos repertórios canônicos de obras de autoria masculina e de instituições acadêmicas que, tradicionalmente, vetaram a participação feminina em seus quadros. A partir desta constatação, talvez não seja exagerado falar em uma condição historicamente marginal e periférica das mulheres no campo da história intelectual (OLIVEIRA, 2018, p.108)

Contudo, desde a década de 1980 que começaram mudanças no cenário da História, temos uma quebra de modelos tradicionais, uma fortificação de novos elementos na História da Historiografia. Assim, esse momento se torna elementar para a

constituição de uma comunidade de historiadores que pesquisam a história das mulheres e do gênero no país. Ou, nas palavras de Karla Bessa (2000), é a partir da década de 1980 que as mudanças na historiografia brasileira (institucionais, metodológicas e epistêmicas) permitem a emergência dos estudos históricos das mulheres e das relações de gênero (RIBEIRO JUNIOR, 2023, p. 20). Não demorou para que o gênero se tornasse também uma problemática central para os historiadores do Brasil e com o tempo¹⁵. Essa ampliação nos trouxe uma nova forma de apresentar balanços historiográficos no país, assim ao começar a discutir essas questões, foram abertas portas para o consumo de obras, autoras, grupos, debates e instituições que expõem nossas falhas históricas e que ao mesmo tempo, ao fazer o levantamento de tais dados aumenta a visibilidade e a correção dessas questões por parte da sociedade. Assim, ao estudar o gênero, identificamos as desigualdades do sistema patriarcal e percebemos o quão essenciais essas mulheres foram para a construção de saber e conhecimento da nossa história (política, econômica, social) e identidade.

Há vários parâmetros que podem evidenciar o nítido desequilíbrio nas produções e cânones do mundo intelectual histórico quando se trata de homens e mulheres. A falta de centralidade desses estudos é uma delas. Embora haja um aumento “recente” na visibilidade das autoras femininas, ainda há uma escassez de estudos que abordem suas contribuições de forma central, costumam somente focar em historiadores homens.¹⁶ É de conhecimento geral que apesar de existirem extensas bibliografias de historiadores, que contam suas obras e experiências, que deixaram sua marca na historiografia, é evidente a ausência de nomes femininos nessas obras. De acordo com dados trazidos por Oliveira (2018), no Brasil um exemplo de projeto editorial coordenado por Maurício Parada: *Os historiadores*, já publicou quatro volumes com cerca de 60 capítulos dedicados a autores considerados “clássicos” da historiografia, desde a Antiguidade até os dias atuais. No entanto, destaca que até o momento, nenhuma historiadora/autora foi incluída nesses volumes. Outro exemplo é o livro *Grandes nomes da história intelectual*, de Marcos Antônio Lopes (2003), no qual

¹⁵ As mulheres, suas narrativas e suas memórias, ainda que timidamente e num espaço restrito e pouco prestigiado, passaram a ter lugar como objeto de investigação da pesquisa universitária brasileira (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985 *apud* CAIXETA, 2023, p.10).

¹⁶ Um olhar mais focado na história da historiografia evidencia que, a despeito de certa expressividade mais recente, não faltam evidências da escassez e da pouca centralidade dos estudos sobre as historiadoras, a começar por obras de síntese importantes que propõem balanços bibliográficos sobre a vida e obra de nomes canônicos, predominantemente homens. Entre alguns exemplos conhecidos, estão as coletâneas organizadas por Michel Vovelle (2005) e por Véronique Sales (2011). OLIVEIRA, *op. cit.*, p.108.

acontece o mesmo. Também podemos trazer como exemplo as publicações da série de livros do José Carlos Reis — *Identidades do Brasil*, que conta com três volumes, nos quais são vistos os principais intérpretes da identidade brasileira segundo o autor. Mas que não contém nenhuma mulher em meio a eles. Destacando que são obras com uma ótima visibilidade, contam com várias edições, ou seja, tem consumo no mercado. O que desaponta é a repetição do cenário, onde se tem chances de possibilitar maior espaço, mas que se tratando da figura feminina, mais uma vez, são fechados.¹⁷

E nessa trajetória, diante de imposições e empecilhos como estes, mulheres acabam tendo que lutar ainda mais, para tomar posse de lugares que são seus, driblar essa cultura ancestralmente machista requer muito punho e habilidades. Cito o exemplo de uma grande e ilustre mulher: Alice Piffer Canabrava. Trata-se de uma historiadora de São Paulo que se afastou dos modelos dominantes de interpretação do Brasil vigentes a partir dos anos trinta e quarenta do século XX, com os resultados de pesquisas empíricas (SECCO, SILVA, BRITES, 2023, p. 29).

A historiadora é frequentemente lembrada por ter sido uma mulher que, apesar de preterida no polêmico concurso da cadeira de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), superou uma série de constrangimentos impostos às mulheres na estruturação dos cursos universitários no Brasil e construiu uma carreira de destaque e sucesso na Faculdade de Economia e Administração da mesma universidade (CAIXETA, 2023, p.4).

Alice, passou por maus bocados para chegar onde chegou. Professora formada na década de 30 pela FFLCH/USP, nos deixou um imenso legado, sendo um dos símbolos do campo da história da historiografia e da história intelectual brasileira. Alice viveu vários dilemas e claramente um deles era a figura masculina sendo imposta como modelo padrão de intelectualidade e significância. Apesar da mudança ocorrida

¹⁷ Então quando são publicadas obras como *Mulheres que interpretam o Brasil* (2023), por Lincoln Secco, Marcos Silva e Olga Brites. Que lança com participação de dezenas de autores, uma junção de vários artigos que apresentam figuras femininas de vários âmbitos, seja historiadoras, sociólogas, cantoras, militantes, jornalistas, filósofas, professoras dentre tantas outras, contando suas trajetórias de vida pessoal e profissional. Ou, como Rebeca Gontijo e Tânia Zimmermann Diogo Roiz ao lançarem dois volumes de obras que tratam da questão da História das mulheres, gênero e pioneirismo feminino na nossa historiografia: *As Historiadoras e e(s) Gênero(s) na escrita da História* (2022) e *As Historiadoras e o(s) Gênero(s) na Escrita da História: uma geração de pesquisadoras que consolidou os Estudos Históricos no Brasil* (2023). Fica visível a busca e ação de mulheres no tempo atual maior interação desses cânones e inclusão das produções intelectuais femininas, como parte integral do debate historiográfico.

no cenário educacional brasileiro, que permitiu mulheres nas universidades, isso não mudaria o fato de que muitas foram submetidas a séries de constrangimentos, a crença geral de que mulher somente deveria cumprir um papel “dentro do lar” desviou algumas mulheres da carreira acadêmica. Consciente do descrédito, Alice declara haver um entendimento de maneira geral na sociedade da época de que as mulheres não eram aptas ou não que poderiam exercer funções que trabalhassem com o intelectual delas (CANABRAVA, 1984).

E entendendo o ambiente profundamente patriarcal que enfrentaria na academia, Canabrava optou por vestir-se de forma masculina¹⁸, mas não à toa, pois esse gesto é interpretado como tentativa de lidar com o machismo e de ser levada a sério em um espaço predominantemente dominado por homens já que:

Quando naturalizamos os corpos a partir de signos que os cobrem, desconSIDERAMOS a maneira pela qual narrativamente reiteramos formas apropriadas de “ser”, naturalizando “corpos - homens” e “corpos-mulheres” que acabam por legitimar certos regimes de verdade excludentes (BUTLER, 2020, p. 69)

Como declara a Judith Butler acerca de como naturalizamos os corpos a partir dos símbolos que os vestem. Aqui reafirmamos esses papéis de separação de gênero como sendo naturais, e acabamos reforçando uma visão limitada da identidade, excluindo formas alternativas de viver e se identificar, onde segundo a autora, o gênero se torna uma construção de convenções sociais. Consequentemente: “não temos modelo para a aparência de uma mulher poderosa, a não ser que ela se pareça bastante com um homem” (BEARD, 2018, p. 23), concordo com Mary Beard quando ela faz essa afirmação e podemos entender a escolha da Alice, já que era uma escolha feita por muitas, seja em qualquer campo de atuação: dessa forma muitas mulheres buscaram a dessexualização de seu corpo: cortaram os cabelos, geralmente no estilo a “*La Homem*”, mudaram as roupas (menos femininas), abandonaram as pinturas faciais. Tudo isso para equiparar-se ao masculino (SANTOS, 2024, p.15). Tudo isso foi uma estratégia para reduzir as barreiras impostas pelo sistema e para serem tratadas com igualdade e ocuparem o mesmo lugar de poder dos homens. Mas Alice sabia o

¹⁸ Especialmente em uma sociedade que frequentemente recorre às dicotomias de gênero para significar diferenças, o fato de Alice dispor de roupas masculinizadas certamente passa uma mensagem (SCOTT, 1990, *apud* CAIXETA, 2023).

quão importante era o seu papel ali e o que viria a ser: uma inspiração para tantas outras mulheres intelectuais na época e posteriormente.

Sob essa ótica de resistência silenciosa e batalhas travadas contra o sistema, cito a professora e autora Rosa Maria Godoy, que ao traçar sua vida, nos leva a caminhos de contribuição do ensino de História, não só no estado da Paraíba (na qual a mesma ocupou o cargo de professora efetiva na Universidade Federal da Paraíba – UFPB) mas em nível nacional, protagonizando na elaboração e divulgação de uma concepção de ensino como produção de conhecimento e sendo focado na História, inovando os caminhos históricos por ela ensinados. Rosa, infelizmente, não escapou de ataques da sociedade e enfrentou diversos desafios ao longo de sua carreira, em relação a sua *capacidade*.

Lembrando que a Rosa colaborou e vivenciou do salto de desenvolvimento da pesquisa em História na Paraíba, assim como participou de programas de pós-graduação, de iniciativas como o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da ANPUH-PB como sendo um espaço importante para consolidação da pesquisa em História da Paraíba, então tudo isso exigiu um esforço significativo para estabelecer e consolidar tais projetos, em constante crescimento do meio acadêmico. A historiadora, declara que ao assumir o exercício frente a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa entre 1992 e 1996, enfrentou pautas como a falta de diálogo na UFPB e a descredibilização por ser uma pessoa do campo de Ciências Humanas frente a uma gestão:

Entrei com um desafio imediato: mostrar como alguém das Ciências Humanas poderia levar a cabo a gestão, pois havia certa desconfiança em relação a isso, já que parte da comunidade acadêmica considerava que pesquisa e pós-graduação era “coisa” das Ciências Exatas. Outro desafio imediato foi criar um clima de coesão para o trabalho, pois a UFPB, então, não tinha diálogo entre gestores e pesquisadores/docentes. Então, começamos a retomar os canais de diálogo, a exemplo do Conselho Geral de Pós-Graduação, do Conselho Geral de Pesquisa e do Conselho Geral de Capacitação Docente, que existiam no papel, mas estavam completamente esvaziados. Abrimos diálogo com os estudantes de Pós-Graduação, apoiando o fortalecimento de sua Associação; e com os estudantes de Iniciação Científica.¹⁹

Para a recuperação da sua credibilidade, a mesma teve que trabalhar junto aos órgãos de fomento universitário como CAPES (Fundação Coordenação de

¹⁹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. História, Ciência e Participação Social: Uma Entrevista Rosa Maria Godoy Silveira. **Sæculum—Revista de História**, João Pessoa, n.26, p 364, jan./jun. 2012. Entrevista concedida a Angelo Emilio da Silva Pessoa e Regina Célia Gonçalves

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que estavam em baixa, devido a problemas administrativos, tais como atraso na prestação de contas e perda de prazos, entre outros, assim a mesma teve que se desdobrar para fazer dar certo seus esforços em tal conjuntura. E não para por aí, Rosa também trabalhou com um tema um tanto polêmico, que foi a Reforma Agrária, resgatando-o para debate acadêmico, pois muitos pesquisadores “estavam focados em certas tendências pós-modernas da historiografia que focam seus objetos em uma sociedade globalizada extremamente urbana, secundarizando problemas cruciais como a Questão Agrária.” (SILVEIRA, 2012). Com isso, revela questões que fogem do foco tradicional da academia e de uma tradição elitista, mas que são fundamentais e muito marcantes.

Ao se consolidar como uma mentalidade importante no campo da historiografia, Rosa passou por questões que podem ser analisadas a partir de uma estrutura patriarcal presente na academia, mesmo que ela em entrevista não tenha abordado a questão acerca do machismo diretamente, mas é inegável pois sua trajetória revela indícios, pontos como desconfiança em relação a uma mulher liderando e ocupando posição de destaque em ambientes majoritariamente masculinos, e que deu voz a pautas desprezadas por muitos... Essas adversidades, em sua carreira acadêmica, certamente receberam influência do gênero²⁰. Reflete não somente as dificuldades pessoais de Rosa, mas também as complexidades de um ambiente acadêmico e social em que atuou.

Adiante, podemos mencionar exemplos de outras mulheres historiadoras que também contribuíram ativamente para construção da nossa sociedade, com uma jornada memorável:

A historiadora Emília Viotti da Costa nasceu na cidade de São Paulo em 1928. Toda sua formação ocorreu na Universidade de São Paulo. tornou-se professora do departamento de história dessa instituição em 1955 aí lecionando até 1968. A cassação pelo AI-5 a levou ao exílio. Optando por residir nos Estados Unidos onde após curtas passagens pelas universidades de Tulane e Illinois, foi contratada por Yale em 1973, local em que trabalhou até se aposentar. professora emérita por essa universidade e também pela USP, Emília

²⁰ O núcleo da definição repousa numa conexão numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p.86).

Viotti da Costa é, Sem dúvida, uma das mais notáveis historiadoras brasileiras. (SECCO, SILVA, BRITES, 2023, p.215-216).

Essa intelectual, realizou contribuições fundamentais e diversificadas para a historiografia brasileira, especialmente no campo social e político da história. Prova disso, são suas pesquisas sobre a escravidão no Brasil. Sua obra *Da Senzala à Colônia* (1966), fez uma profunda investigação acerca da transição do trabalho escravo para o livre na região de São Paulo. Sua análise, trouxe um olhar sobre as dinâmicas do Brasil pós-abolição; sua produção acadêmica é vasta, conta com livros e artigos sobre a história do Brasil, o que enriqueceu nosso acervo e foi estudado por muitos. Além de tudo, Emília Viotti também foi uma forte defensora da educação pública gratuita aqui no país, como apresenta Rodrigues (2017). Ela tinha um forte compromisso com a educação, justiça e democratização, defesa dos direitos de cidadania, liberdade e tolerância na escola. A professora também lutou contra a redução da carga horária de disciplinas como a História no ensino básico. Emília defendeu várias bandeiras e a preservação das garantias educacionais foi uma delas.

Outro exemplo recente de conquista foi a historiadora Laura de Mello e Souza, que foi escolhida pelo Conselho do International Committee of Historical Sciences (ICHS) para receber o Prêmio Internacional de História. Formada durante pleno período de Ditadura Militar no Brasil, Laura é a *primeira mulher* e também a primeira pessoa da América do Sul a ter sido concebida com esse importante prêmio, que será entregue em Tóquio, no dia 27 de outubro de 2024

Em entrevista²¹ realizada no Dia Internacional da Mulher, a mesma destacou os desafios que mulheres ainda enfrentam em suas carreiras, devido a falta de tempo, pois tem que se dedicar a outros afazeres geralmente domésticos ou ainda pelo reflexo de uma sociedade com desigualdade de gênero, como a nossa. Disse Laura (2024) à Agência Brasil: “as conquistas obtidas pelas mulheres são fruto sobretudo da luta e do sofrimento delas, e a luta tem de ser cotidiana, pois o mundo ainda é dos homens.”

²¹ BOEHM, Camila. **Pesquisadora brasileira recebe Prêmio Internacional de História**. Entrevistada: Laura de Mello. São Paulo, 08/03/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/pesquisadora-brasileira-recebe-premio-internacional-de-historia#:~:text=A%20pesquisadora%20Laura%20de%20Mello,o%20Pr%C3%AAmio%20Internacional%20de%20Hist%C3%B3ria>. Acesso em: 18 out. 2024.

É importante entender que o leque de menções é gigantesco, ao mencionar e disseminar essas mulheres, escritoras, historiadoras e pesquisadoras que se fizeram resistentes em âmbito educacional, seja na universidade ou no ensino básico, que enriqueceram nossa historiografia. É uma tarefa prazerosa, mas que não caberia apenas no presente projeto... Estamos falando desse rol de nomes como Maria Yedda Linhares, Déa Ribeiro Fenelon, Cecília Westphalen, Lília Schwarcz, Mary Del Priore, dentre tantas outras magníficas intelectuais, com trajetórias surpreendentes. Portanto, a luta para mobilizar menções, a essas pensadoras, é justamente tentar mostrar e reivindicar o quão plural e significativo é o local delas, ao:

Problematizar e buscar a construção de outra história, pensada sob o ponto de vista da mulher como parte dessa história, provoca afastamentos e reformulações, mas também impasses por parte daqueles que ainda desejam manter uma visão conservadora e elitista acerca do cânone. No entanto, redefinir o cânone pela inclusão de novas vozes não significa substituir os autores consagrados pelos esquecidos, mas sim democratizar a inserção de outras representações que ficaram esquecidas e que merecem estar circulando entre os leitores (DIAS, 2021, p. 28)

É evidente em dados, o quão forte foi o desequilíbrio em aceitação de produções femininas no mercado intelectual, que desde o século XVIII lutaram para alcançar esse direito. Reverter tais mazelas do passado é um dever social, visando a obtenção de direitos, igualdade de gênero e emancipação. E graças a luta pelo acesso a tais oportunidades é que vemos passagens de historiadoras, quebrando barreiras, ocupando espaços públicos e alcançado novos caminhos.

Importante entender que resistência vem do modo de *não ceder às circunstâncias* e foi o que elas fizeram, com seus percursos, considerando todas suas limitações e mesmo assim avançaram, diante das situações adversas que passaram; se impuseram, mesmo que aquele espaço foi desigual entre elas, e sabemos que foi muito fortemente. Lutaram com honra, vigor e caráter; memoravelmente cada mulher, historiadora, que sofrendo vários ataques diretos ou velados, buscaram constantemente sua liberdade de escolha, de ação e de pensamento.

3 BREVE ANÁLISE: O REGIONALISMO NORDESTINO: EXISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA DA DESIGUALDADE REGIONAL

3.1 Autora da obra

Professora Rosa Maria Godoy Silveira, é uma paulista de Jundiá, pertenceu a uma família de quatro filhos, sendo seus pais dois funcionários públicos dos Correios,

no entanto sua mãe D. Leonor Godoy da Silveira deixou de trabalhar logo após o casamento. Rosa relatou (maio de 2014, SP) que seu pai Antônio Bueno da Silveira, costumava ouvir todas as noites a Rádio Eldorado de São Paulo a Voz do Brasil, enquanto seus filhos faziam as tarefas escolares, segundo a mesma seus pais sempre apoiaram a formação escolar dos filhos.

Acerca da sua trajetória escolar, iniciou-se desde seu ingresso em uma creche municipal de Jundiaí. Estudou os quatro anos do primário no Grupo Escolar Conde do Paranaíba (1957/60), cursou o ginásio no Instituto de Educação Experimental de Jundiaí (1961-64) e depois no mesmo lugar fez sua formação no Curso Clássico (1965-67). Participou de um momento de renovação educacional, quando teve a experiência de estudar o secundário na Classe Experimental de Jundiaí/SP, que teria uma nova abordagem na metodologia de ensino. A qualidade de ensino do Instituto surpreendeu positivamente, e foi durante as aulas do ginásio no mesmo, que a professora Claudia Lucca, despertou a vocação de Rosa, como sendo sua boa influência para o curso de História. Rosa Silveira, ingressou na USP em 1968, anos de chumbo do governo militar. Lá realizou posteriormente Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.

A mesma chega a afirmar que sua formação teórica em marxismo, não se deu no seu Curso regular, mas sim nos cursinhos paralelos promovidos pelo DCE (Diretório Central dos Estudantes). A intelectual, aproveitou deveras os profissionais e estudiosos que passaram por sua formação, cada influência, tendência ou linhas eram analisadas por Rosa, dentre os mais diversos campos, não somente da História, mas também dentro das Ciências Sociais, Literatura, Filosofia, Geografia, entre outros.

Em seu mestrado (1972-1974), a professora comprovou mais um viés historiográfico: A História do Brasil pós-Independência. Tomou gosto e foi influenciada pelas leituras em Sérgio Buarque de Holanda. No último ano do seu mestrado, realizou uma Especialização na França – o curso de Relações Internacionais, que tinha como proposta o estudo do Federalismo (que a fascinava).

Após retorno da França, foi selado seu destino paraibano. Sua trajetória foi emblemática e intensa: Foi coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB), Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPB e no campo sindical foi Secretária Geral da ADUFPB (Sindicato dos Professores da UFPB). A professora embarcou nessa jornada e fez uma brilhante passagem junto ao Departamento de História da UFPB, tendo lecionado entre 1976 até 2006, ano em que se aposentou.

Sua extensa produção intelectual abrange muitos temas, com ênfase em tópicos como federalismo, a República no Brasil, questões regionais, especialmente o regionalismo nordestino, a questão agrária, direitos humanos, o ensino de História, e o Brasil Imperial. Destaca-se com títulos importantes como Republicanismo e Federalismo (1978), O Regionalismo Nordestino (1984) e Estrutura de Poder na Paraíba (escrito em coautoria em 1999). Além disso, também organizou obras coletivas, estudos sobre Educação em Direitos Humanos, expressiva quantidade de artigos científicos e participou de várias bancas em Universidades de todo Brasil.

Rosa, enquanto docente da UFPB, envolve-se com diversas discussões, lutando por uma formação que contemplasse e formasse um profissional de História completo, tanto no que envolve o ensino como na pesquisa.

3.2 A obra e avaliações acerca dela.

O Regionalismo Nordestino é uma obra riquíssima, mas que ficou inacessível por mais de duas décadas, pois quando foi publicada originalmente, logo se esgotou. Sua reedição bem veio mais tarde, e embora sua autora ainda quisesse fazer alguns reajustes, revisões... seus avaliadores quiseram manter a sua configuração oriunda, para valorizar ainda mais sua produção.

Produzido na década de 70, em plena onda do “milagre econômico” que ocorreu aqui no Brasil. O livro tendo sido influenciado ou não, (uma vez que, na época o governo exercia grande censura e os intelectuais não faziam críticas diretas ao sistema, os historiadores buscavam temáticas que não estavam aparentemente ligadas aquele momento histórico, para publicar) nos traz assim a necessidade de estudar a realidade regional do país. Nele identificamos um período essencial, cujo entendimento é indispensável, para quem busca avançar na compreensão da crise regional da região conhecida hoje como Nordeste, antigo Norte.

Compreendendo um pouco mais acerca da escolha da autora ao escrever a obra, Rosa Godoy, escolheu como suas fontes primárias a consulta de documentações, relatórios (acerca dos políticos, províncias e do sistema político da época de 1800), bibliografias diversas (livros, teses, dissertações...) e outras fontes secundárias como artigos e textos que até nem foram publicados, mas que abrange de maneira sábia a proposta da autora. Seu discurso regionalista, ao montar sua metodologia é escancarado e revela também a percepção da classe agrária regional, tudo com base

nos Relatórios de Presidentes de Província, nos trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, Anais da Câmara dos Deputados, entre outros.

E consultando essas escolhas documentais, é que nos ajuda a identificar e compreender suas preferências, o que quis enfatizar, o que descartou, linhas que seguiu, afinal como foi produzida a obra.

Entre os intelectuais citados em seu estudo, podemos destacar nomes como: Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior. Mas o que todos esses autores têm em comum? respondo: o uso do método marxista — a ênfase nas relações de classe e no materialismo histórico. Que também são escolhas feitas por Rosa Godoy, suas perspectivas se assemelham a desses grandes mestres. No livro *o Regionalismo Nordestino*, pode ser observado nitidamente que a autora adota a abordagem marxista, analisando as desigualdades regionais e ideologias dominantes existentes no Brasil e como essas se manifestam no Nordeste.

A metodologia de pesquisa usada pela historiadora, para analisar e interpretar os dados, é com base na análise histórico-social, na qual ela investiga detalhadamente as estruturas sociais, econômicas e políticas da região, a organização do espaço (dentro de uma ótica historiográfica), explora a transição da economia feudal para uma capitalista... Entendemos então, como sendo uma metodologia crítica, baseada em questionamentos e resultados, revisitando narrativas sobre o Norte, sua “consciência de espaço”, reorganização, mudanças em âmbito trabalhista entre outros aspectos, tudo isso baseando-se em suas fontes, a fim de trazer uma narrativa que denuncie as condições sociais e econômicas que historicamente marginalizaram a região.

Nessa conjuntura, a autora conta com a concepção ideológica de Antônio Gramsci para fomentar seu livro. A proposta gramsciana, concedida por Rosa, rejeita a ideia de um determinismo ou mecanicismo na história. Ou seja, para ele os sujeitos históricos moldam a história, controlados pelas condições econômicas e sociais. A autora aplica a visão do intelectual acerca da ideologia do espaço, como ideias e crenças moldam tais percepções, e ela o utiliza quando estuda a configuração espacial do Brasil, onde nos permite entender que as divisões e tensões regionais não são apenas geográficas, mas ligadas a essas condições mencionadas. Rosa Godoy, adota o “bloco histórico de Gramsci”, como matriz ideológica, para investigar como as divisões

regionais e econômicas no Brasil reforçam e perpetuam desigualdades e resultam em crise.

Adiante, acerca da linguagem e narrativa usadas no livro, a intelectual faz uso de uma comunicação que liga transparência e profundidade teórica. Ela combina uma linguagem que ao mesmo tempo que é fundada com conceitos marxistas, sociológicos, filosóficos e historiográficos, é acessível e caminha para uma compreensão ampla do tema. Sua escrita não é demasiada técnica, mas considero como densa. Tendo que haver um certo esforço e conhecimentos prévios para uma análise bem sucedida. Rosa, escreve um relato que busca engajar o leitor a refletir acerca das relações problemáticas de poder, no contexto nordestino e brasileiro. De maneira crítica, faz exames e denúncias, principalmente ao processo regional, dicotomia entre regiões, regeneração da estrutura de poder, situações de crise, dentre outros.

Sua narrativa é comprometida socialmente, o que permite entender essas diferenças. Dessa forma, busca não apenas contar a história do Nordeste, mas provocar uma reflexão sobre as estruturas que firmaram o Brasil, o que desperta um identitário brasileiro, a muitos que não fazem parte do grupo dominante.

3.3 Enredo do livro

A obra aponta o estudo das relações entre poder e economia nas regiões do Brasil, especialmente na região frisada: o Norte, como sendo o espaço em termos de ocupação econômica e demográfica mais antigo do país. Um dos objetivos é compreender como o país se organizou em termos de espaço diante do impacto do período modernizador que ocorreu na segunda metade do século XIX. Foi influenciado pela transição do país para o sistema capitalista, o que trouxe uma forte intervenção do Estado na reorganização de territórios para servir aos interesses do capital. Dentro desse processo, o país passou a se subordinar a demandas externas, ou seja, a economia e a política interna eram influenciadas pelas necessidades do mercado internacional e veremos como as classes reagiram a tal processo.

Cabe-nos destacar, a discussão do movimento regionalista aqui no Brasil, frisando o termo “desníveis regionais”, que parte de uma noção problematizada, seu enquadramento reflete a crise de identidade regional nordestina. Em outras palavras, a autora nos mostra que o Brasil sofreu com o crescimento de suas regiões, de forma desigual, e isso revelou especialmente a discrepância dos espaços, especialmente

em contraste com o Centro-Sul, que crescia num ritmo maior e mais acentuado do que o Norte. Essa “situação de crise” se alavancou bem mais, pois no processo em que o Norte perdia seu dinamismo, também saía do eixo econômico.

Com isso, houve a disputa entre forças que já dominavam essas regiões e estavam ameaçadas de perder seu poder para novas forças emergentes, que queriam controlar a organização do espaço. O reajuste da divisão internacional do trabalho, foi um dos pontos que impactou diretamente o espaço regional, uma vez que, desvalorizou diretamente a forma e a produção do Norte, concentrando-se em novas técnicas que foram consolidadas no Sul. Um exemplo claro, foi a região açucareira, que entrou em crise devido a contradições internas impostas: Devido à instabilidade dos preços do açúcar/algodão no mercado internacional, quanto a crise do sistema escravista, que começou a desmoronar após a extinção do tráfico negreiro.

Esse cenário abriu espaço para novas regiões aliadas ao sistema capitalista, como o Centro-Sul, onde a economia cafeeira se desenvolvia rapidamente. Com isso, a força dominadora do capital da indústria do açúcar, por exemplo, acaba sendo subordinada aos comerciantes e produtores de café, que ganharam hegemonia na economia brasileira. Mas mesmo perdendo parte de seu poder nacional, a elite da região Norte buscou manter sua dominação no nível regional, usando estratégias políticas e administrativas. A classe dominante local respondeu a crise, apesar dessa situação de dependência no cenário nacional, lutaram para preservar posição e influência dentro da região, o que não foi nem um pouco simples e fácil.

Em suma, a distinção entre norte-sul sempre existiu, conforme a autora destaca. Mas isso foi se agravando com o passar dos tempos, com a modernização nossas estruturas econômicas e sociais surgem, o que prejudica as formas tradicionais de antes, o Sul sempre foi a abertura de alternativas para o Estado, enquanto o Norte ficava praticamente à deriva. Por fim, o livro aborda a luta por dominação e espaço entre as regiões, e como o Estado agiu diante disso, seus interesses internos e externos. A autora explora o quadro do federalismo no Nordeste.

O tema da obra é pouco abordado na historiografia, mas sua profundidade é inegável. Se conecta com uma visão crítica da historiografia brasileira, tal como explorada em debates sobre a formação regional e social do país, de maneira similar ao seu interesse pelo regionalismo e pela desigualdade no país. O trabalho aqui explanado é de altíssima qualidade, oferece-nos uma nova perspectiva sobre a questão regional no Brasil, e a autora de fato nos presenteia com essa contribuição intelectual

imensa. Abaixo o quadro demonstra como o livro foi dividido, e quais são seus principais pontos e conteúdos, de maneira didática entendemos como ela fez a organização da obra:

Quadro 1			
O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional			
Partes	Título dos capítulos	Subdivisões	Conteúdos
PARTE A Capitalismo e Organização do Espaço do Brasil	CAPÍTULO I Divisão de Trabalho e constituição de regiões	1. O Brasil nos quadros da divisão internacional do trabalho	- Embates econômico-social -Centro e Periferia -Revolução Industrial e Comercial
		2. A divisão do trabalho no Brasil	-Pacto Colonial -Exploração Trabalhista -Diferentes atividades econômicas
	CAPÍTULO II A intervenção do Estado no espaço	1. O Estado mercantilista português e a regionalização	-Fortalece o controle e organização -Configuração regional -Conflito de interesses
		2. O Estado liberal nacional e a unificação do espaço	-Busca pela união da nação -Mudança na forma de gestão econômica -Eclosão de revoltas
PARTE B A configuração do espaço regional	CAPÍTULO III A identidade regional	1.O espaço representado: o Norte	-Implantação do sistema capitalista -Reorganização do espaço de produção -Rebaixamento da província Norte

		2. O espaço real: a região para o capital em crise	-Crise nas lavouras do Norte -Redução de vendas -Busca por alternativas de reverter a situação econômica
	CAPÍTULO IV O espaço regional no Estado Nacional	1. A representação dos espaços-obstáculo: o Sul e o Estado	-Decepção com o governo -Distinção de tratamento entre as províncias do Sul e Norte
		2. O espaço-real: a região para o capital cafeeira subordina a região para o capital açucareira	-Desequilíbrios espaciais -Crise escravista -Crédito agrícola -Falta de capitais Norte

Fonte: Quadro elaborado a partir do sumário do livro *O Regionalismo Nordestino* de Rosa Maria Godoy Silveira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado o fim do trabalho narrado, buscou-se compreender o campo da historiografia brasileira, como o mesmo se consolidou e evoluiu com o decorrer do tempo aqui no país, traçando seus principais preceptores, o que possibilitou traçar a evidência da problemática do estudo apresentado: a difícil inserção das mulheres nesse campo, pois até praticamente até o século XX, era composto quase exclusivamente por homens, e as negou espaço e visibilidade. No entanto, é visto que a partir da década de 1970, período de intensa mudança intelectual e política proporcionou um caminho para novas abordagens historiográficas, o que, eventualmente daria mais voz e espaço às mulheres e assuntos necessários dentro desse cânone.

Para tanto, recorro como fonte e objeto de auxílio da pesquisa, a historiadora Rosa Maria Godoy Silveira e sua obra *Regionalismo Nordestino*. Uma professora que apesar das barreiras impostas nessa sociedade patriarcal, conseguiu contribuir efetivamente para os estudos das desigualdades regionais no Brasil, através de sua perspectiva crítica e marxista, declara as disparidades sobre o desenvolvimento brasileiro. Essa obra coloca em destaque a voz de uma mulher que por meio da historiografia

desafiou e conseguiu superar narrativas tradicionais dominantes. Sendo assim, Rosa Godoy simboliza a luta feminina para conquistar espaço na produção do conhecimento histórico.

À medida que aprofundo na temática das mulheres, mergulho em testemunhos riquíssimos de outras historiadoras, que contribuíram ativamente para o campo historiográfico do nosso país. Mas o silêncio em torno da dificuldade que as atravessa é um sinônimo vinculado ao gênero, aqui ligado não somente ao conceito de diferenciação do masculino e feminino, mas como elemento constitutivo das relações sociais e de poder, conforme explorado por Joan Scott. A fim de entendermos as barreiras enfrentadas para que as mulheres fossem aceitas na historiografia.

Nesse sentido, enfatizo o quão necessário se faz a quebra de paradigmas em prol do fortalecimento da presença de mulheres nos espaços públicos, acadêmicos e universitários, afinal em todos os âmbitos que quiserem.

Assim, há a “História” e, paralelamente, a “história das mulheres” e os “estudos de gênero”, que permanecem localizados naquela região que Simone de Beauvoir chamou de o “Outro”, porque carregam a marca da diferença e o estigma da particularidade (BORDO, 2000, p. 11 *apud* OLIVEIRA, 2018, p.131).

Concluimos, então, que uma trajetória como a da Rosa Maria Godoy Silveira, não apenas evidencia a luta das mulheres para serem reconhecidas no campo intelectual, mas que viabilize a noção e importância de uma historiografia plural e inclusiva, repleta de diferentes vozes e que ocupe uma visão cada vez mais abrangente e crítica.

Portanto, as histórias escritas precisam mudar de figura, de forma e de gênero, para romper silêncios e apagamentos duradouros, pois o que é escrito jamais poderá ser cessado.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D.'Assunção. Será a história uma ciência: um panorama de posições historiográficas. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 27, p. c18662-c18662, 2020.
- BARROS, José D.'Assunção. **A historiografia como fonte histórica**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- BARROS, José D.'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARROS, Jose D' Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BOEHM, Camila. (2024) **Pesquisadora brasileira recebe Prêmio Internacional de História**. Entrevista concedida a: Agência Brasil. São Paulo. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/202403/pesquisadorabrasileirarecebe-premiointernacionalehistoria#:~:text=A%20pesquisa-dora%20Laura%20de%20Mello,o%20Pr%C3%AAmio%20Internacional%20de%20Hist%C3%B3ria>. Acesso em: 19 out. 2024.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: **feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CAIXETA, Laura Jamal. Corpos e gênero na história da historiografia brasileira: as possibilidades do “ser historiador” através das memórias de Alice Canabrava (1981-1997). **História da Historiografia**, v. 16, n. 41, p. e2001, 2023.

DE OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 11, n. 28, 2018.

DIAS, Gerusa Alves Dos Santos. **Mulheres Ao Espelho: As Múltiplas Faces Do Feminino Em Duas Irmãs**, De Maria Benedita Câmara Bormann. 2019. Tese (Mestrado Em Estudos Literários) - Montes Claros/Mg: Editora Montes Claros, 2019.

DO NASCIMENTO ARRUDA, Maria Arminda. A temática regional: considerações historiográficas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 35, p. 155-166, 1987.

GONÇALVES, Regina Célia et al. HISTÓRIA, CIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA ENTREVISTA ROSA MARIA GODOY SILVEIRA. **Saeculum—Revista de História**, 2012.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. NEVES, Lucia Maria Basto Pereira das Neves; et al (org.). **Estudos de Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: FGV**, p. 19-35, 2011.

MALERBA, JURANDIR. Em busca de um conceito de historiografia. **Varia história**, n. 27, 2002.

MONTEIRO, Luíra Freire. **Retórica da alteridade: Portugal e os portugueses na historiografia brasileira**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra (Portugal).

MONTEIRO, Luíra Freire; SANTANA, Flávio Carreiro. **O passado ao nosso redor: histórias pela Paraíba**. 1. ed. Campina Grande - PB: Rossetto, 2020.

NICODEMO, Thiago Lima. SANTOS, Pedro Afonso Cristovão Dos; PEREIRA, Mateus Henrique De Faria; **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: FGV, 2018. 232p.

NICOLAZZI, Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 13, p. 63-77, 2013.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, p. 77-98, 2005.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?**. 1. ed. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 240p.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p.280.

RIBEIRO JÚNIOR, Benedito Inácio. (1988). **Um monumento historiográfico: a construção de cânones e memórias disciplinares para a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil (1987-2012)**. Dissertação de Mestrado, UNESP, Assis, SP, Brasil.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SECCO, Lincoln; SILVA, Marcos; BRITES, Olga. **Mulheres que interpretam o Brasil**. 1. ed. São Paulo, SP: Contracorrente, 2023.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. 262 p.

VIRGULINO, Maria Helena Cavalcanti. (2016). **O itinerário de duas uspianas na UFPB - Joana Neves e Rosa Maria Godoy Silveira: trajetórias que se cruzam a partir da História ensinada**. Tese de Doutorado, UFPB, João Pessoa, PB, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus, Nossa Senhora e a Santíssima Trindade, por estarem sempre em primeiro lugar em minha vida, sem eles não chegaria a lugar nenhum. Obrigada, por me fornecerem a força necessária para vencer um dia após o outro e não desistir.

Agradeço a minha mãe Marlene, por ter me dado apoio desde de a minha escolha, que por muitos não foi compreendida, mas ela nunca julgou e nem soltou minha mão, sempre me incentivou e levantou minha cabeça. A minha Vó Santaninha (*in memoriam*) que foi a mulher que me ensinou a ler, não só as palavras, mas o mundo, e de quem herdei o amor pela leitura, jamais será esquecida, obrigada por tudo.

Como sou grata a família que a UEPB me deu, amigos que fiz durante essa trajetória que vou levar em meu coração e em minha vida, vocês foram ímpares nesse processo, costumo dizer que eram minha terapia noturna, depois de um dia tenso e cansativo, encontra-los recarregava minhas forças e energias, o processo foi árduo, mas vocês tornaram tudo mais leve... aos meus paraibanos arretados, amo vocês, e meus pernambucanos também! Junção que deu mais que certa.

A minhas amigas mais próximas, por reconhecerem meu amor e dedicação pela História. Em especial a Fernanda, que por vezes quando nem eu acreditava em minha competência e no meu potencial, ela mais uma vez se fazia presente e me fazia enxergar o impossível... a tantas dores compartilhadas, obrigada por me entender e por ser essa pessoa.

Ao professor José Júnior, por ter acreditado em mim, obrigada por em meio a tantas adversidades e contratempos, ao invés de me “abandonar” o mesmo achou soluções. Todo respeito, admiração e gratidão a sua pessoa.

Aos demais professores que passaram pelo meu caminho dentro da instituição, serei eternamente grata, por tanta sapiência que me foi repassada.

Sou grata a disponibilidade de aceite dos professores que compuseram a banca. As suas orientações e ajudas serão exploradas!